

# 16 ANÁLISE DAS PORTARIAS DECRETADAS DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem divulgando nos últimos anos estudos sobre os recorrentes problemas com a seca e com os períodos de chuvas. A instituição alerta também sobre a questão da repetição cíclica de desastres naturais e a falta de prevenção com estes desastres. E com o intuito de proporcionar melhor mecanismo para o entendimento do problema, a CNM vem divulgar esse trabalho que tem como objetivo fazer um levantamento das portarias de Estado de Calamidades Públicas, e as Situações de Emergências publicadas no Diário Oficial da União nos anos de 2003 a 2013.

Os dados são extraídos da Secretaria Nacional de Defesa Civil órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional no Governo Federal.

De 2003 a 2013 foram publicadas 18.391 portarias em 3.951 municípios no País, sendo os estados o Rio Grande do Sul (2.721), de Santa Catarina (2.118) e Minas Gerais (1.831) os com o maior número de portarias neste período.

A grande maioria dos eventos geram portarias de Situação de Emergência (95%) e as portarias de Estado de Calamidade Pública são em menor quantidade (5%).

Estes eventos se dividem nos relacionados a Chuva tais como, enchentes, enxurradas, inundações, deslizamentos e estão presentes mais constantemente nas regiões sudeste, Norte e Sul, e os eventos relacionados a seca são mais frequentes nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Mas no estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos vem enfrentando problemas relacionados a Seca com uma estiagem muito forte que prejudica enormemente a população total.

Neste período no Rio Grande do Sul foram reconhecidas 1.037 portarias relacionadas a eventos de Chuva e 1.674 portarias relacionadas a eventos de Seca e 10 portarias relacionadas a outros tipos de eventos.

**Nº Total de Portarias Reconhecidas no RS**

Ano	Situação Legal	Chuvas	Seca	Outros	Total Geral
2003	SE	125	1	2	128
2003	ECP	1			1
2004	SE	3	346	3	352
2005	SE	11	448		459
2006	SE	4	14		18
2007	SE	43	2	2	47
2008	SE	86	106		192
2009	SE	41	279		320
2010	SE	430	63	1	494
2011	SE	228	24		252
2011	ECP	1			1
2012	SE	56	381	1	438
2012	ECP	1			1
2013	SE	7	10	1	18
<b>Totais</b>		<b>1.037</b>	<b>1.674</b>	<b>10</b>	<b>2.721</b>

*Fonte: SEDEC - Min da Integração Nacional - Elaboração Própria*

*SE - Situação de Emergente*

*ECP - Estado de Calamidade Pública*

Os eventos relacionados a Seca são maiores do que os eventos relacionados a Chuva no Estado nestes últimos dez anos, indicando que a Estiagem já afeta mais os municípios gaúchos. Foram 485 municípios aonde ocorreram algum evento extraordinário que prejudicou sua economia e causou destruição.

Chama muito a atenção que os 30 municípios gaúchos que mais tiveram portarias somam no mínimo 10 portarias reconhecidas, sendo o Município de Palmitinho o campeão com 13 portarias em 10 anos, seguido dos Municípios de Fontoura Xavier e Maximiliano de Almeida com 12 portarias.

**Relação dos Municípios com o maior nº de portarias reconhecidas entre 2003 e 2013**

Município	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total Geral
Palmitinho/RS	1	1	1	1	1	2	2	1	2	1		13
Fontoura Xavier/RS	1	1	1			1	1	5		2		12
Maximiliano de Almeida/RS		1	1			2	2	3	1	1	1	12
Constantina/RS		1	1			1	2	2	2	2		11
Coronel Bicaco/RS	1	1	2	1		2	2	1		1		11
Espumoso/RS	1	1	1			1		4	1	2		11
Marcelino Ramos/RS		1	1			1	2	1	3	1	1	11
Montenegro/RS	3		1			1		2	3	1		11
Pinheirinho do Vale/RS	1	1	1	1		2	1	1	1	2		11
Rodeio Bonito/RS	1	1	1			1	2	2	2	1		11
Soledade/RS		1	1			1	2	2	2	2		11
Tenente Portela/RS	1	1	1			2	2	2	1	1		11
Arvorezinha/RS		1	1			1	1	2	2	2		10
Boqueirão do Leão/RS	2	1	1			1	1	2	1	1		10
Campina das Missões/RS		1	1			2	2	2		2		10
Herval/RS		1	1			1		4	2	1		10
Hulha Negra/RS	2	1	1	1				2	1	1	1	10
Jacuzinho/RS		1	2			1	3	2		1		10
Liberato Salzano/RS	1	1	1		1	1	2	1	1	1		10
Palmeira das Missões/RS	2	1	1			1	1	1	1	2		10
Pareci Novo/RS			1		1	2		1	3	2		10
Pinhal/RS	2	1	1			1	2	1	1	1		10
Santa Rosa/RS	1	1	1			1	1	2		3		10
Santo Antônio das Missões/RS	2	1	1			2	2	1		1		10
São Paulo das Missões/RS	3	1	1			1	1	1	1	1		10
São Sebastião do Cai/RS	2		1		1	1		2	3			10
Seberi/RS	1	1	1			1	2	2	1	1		10
Trindade do Sul/RS	1	1	1			1	2	1	2	1		10
Tucunduva/RS	1	1	1		1	2	1	2		1		10
Alpestre/RS		1	1	1			2	1	2	1		9

FONTE: SEDEC – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

## Execução Financeira da Política Nacional de Defesa Civil

No presente capítulo a Confederação Nacional de Municípios (CNM) traz uma análise sobre a execução orçamentária dos dois programas nacionais de prevenção e resposta a desastres da União com ações de defesa civil no período de janeiro de 2002 até dezembro de 2012.

No período foram gastos R\$ 12,3 bi em ações de defesa civil. Sendo que a maior parte foi aplicada em anos mais recentes. De 2009 até agora, a União desembolsou cerca R\$ 8 bi, valor equivalente a 65% do desembolso total do período analisado. O ano de 2010 foi o de maior o gasto, R\$ 2,9 bi. Na tabela a seguir são apresentadas as despesas por ano e por modalidade de aplicação.

**Recursos da União aplicado na função defesa civil, corrigido pelo IPCA**

Ano	Modalidade Aplicação				Total
	Aplicações Diretas	Transferência para Estado	Transferência para Municípios	Outros	
2003	249.880.482	31.309.553	131.246.022	1.791.291	414.227.348
2004	86.537.632	36.348.193	125.128.139	-	248.013.964
2005	182.666.047	2.845.266	64.136.801	-	249.648.114
2006	84.709.938	24.890.429	170.273.512	186.633	280.060.512
2007	186.581.161	71.254.207	376.001.741	-	633.837.109
2008	364.847.053	215.818.554	245.447.148	-	826.112.755
2009	517.229.662	993.457.861	357.383.323	-	1.868.070.846
2010	542.229.400	1.354.454.555	986.048.021	-	2.882.731.976
2011	432.963.779	562.252.598	337.461.454	-	1.332.677.831
2012	864.401.512	542.852.239	519.541.181	101.925	1.926.896.857
2013					0
<b>Total</b>	<b>3.512.046.666</b>	<b>3.835.483.455</b>	<b>3.312.667.342</b>	<b>2.079.849</b>	<b>10.662.277.312</b>

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

O critério utilizado para consolidação dos gastos foi a execução financeira no exercício, contabilizando apenas os valores efetivamente pagos, inclusive restos a pagar de LOAs anteriores, pago no exercício.

No período, a maior parte dos recursos foi aplicada diretamente pela União, cerca de 36,5%. Enquanto que aplicação pelos Estados respondeu por 32,6% dos recursos e as transferências aos Municipais representaram 30,9 % dos recursos. No ano de 2010 houve um grande aumento da transferência de recursos para os municípios, tipo de gasto que recuou a partir de 2011. O total transferido para as prefeituras foi de R\$ 3,8 bi.